

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA**

GABRIELA DAL ZOTTO

**IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NO
PLANEJAMENTO DOCENTE**

CAXIAS DO SUL

2020

GABRIELA DAL ZOTTO

**IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NO
PLANEJAMENTO DOCENTE**

Trabalho monográfico apresentado como avaliação para a Graduação em Pedagogia na Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cineri Fachin Moraes

CAXIAS DO SUL

2020

GABRIELA DAL ZOTTO

**IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NO
PLANEJAMENTO DOCENTE**

Trabalho monográfico apresentado como avaliação para a Graduação em Pedagogia na Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cineri Fachin Moraes

Aprovada em 14/07/2020

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Cineri Fachin Moraes
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Avaliadora: Profa. Dra. Cristiane Backes Welter
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Avaliadora: Profa. Ms. Maria Christine Quillfeldt Carara
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho, a todas as crianças,
para que tenham seus direitos garantidos
e possam viver como crianças, iluminando
e colorindo os nossos dias!

AGRADECIMENTOS

Ao longo de toda minha caminhada acadêmica e a escrita do presente trabalho, contei com o suporte e a ajuda de muitas pessoas, as quais neste momento gostaria de expressar minha gratidão e meu agradecimento.

À professora Dra. Cineri Fachin Moraes por ter aceitado orientar este estudo, e pelo exemplo de profissional que és para mim.

Às professoras Dra. Cristiane Backes Welter e Ms. Maria Christine Quillfeldt Carara, por terem aceitado compor a banca de apresentação e já agradeço pelos comentários e críticas que auxiliarão na melhora deste estudo.

A Universidade de Caxias do Sul e seus professores do curso de pedagogia, pelos ensinamentos e estrutura disponibilizada.

A minha mãe Nelsi e ao meu pai Osmar, que mesmo sem entender muito sobre o que eu estava fazendo, sempre me apoiaram e me incentivaram nessa caminhada acadêmica e entenderam meus momentos de ausência, a minha eterna gratidão, pois sem vocês ao meu lado, eu não teria conseguido; ao meu irmão Felipe que mesmo de longe sempre me deu apoio e torceu por mim.

Ao meu namorado, Uéllyson, por entender minha ausência, me incentivar constantemente e me dar apoio nos momentos em que achei que não iria conseguir, sem você ao lado certamente seria mais difícil encarar os desafios encontrados.

Ao meu trio preferido, Leandra, Janete e Cristiane, por estarem comigo nas noites geladas de estudos e pelo constante apoio, vocês fizeram a diferença.

Enfim agradeço a todos que estiveram comigo e me auxiliaram de alguma forma nesta caminhada.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, tem como principal objetivo, investigar de que modo os professores da Educação Infantil consideram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no planejamento de suas ações pedagógicas. A temática foi escolhida, devido a inquietações, visto que, atualmente as discussões sobre esse tema estão avançando. Assim, pretende-se com esta monografia, discutir por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo com professores atuantes na Educação Infantil, a importância e a implicação dos direitos de aprendizagens no planejamento docente. O texto apresenta uma breve contextualização da Educação Infantil, acompanhada de revisão bibliográfica de algumas teses e dissertações sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como também do planejamento docente. Em seguida, explicita-se os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no contexto das escolas de Educação Infantil. Na sequência, busca-se compreender a importância do planejamento para o desenvolvimento integral das crianças. E por fim, os resultados da pesquisa de campo realizada com professores atuantes da Educação Infantil. Pode-se concluir que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estão presentes no planejamento diário dos docentes, e são importantíssimos no desenvolvimento integral, emocional e afetivo das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Planejamento. Professor.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	31
Gráfico 2	32
Gráfico 3	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritor “Direitos de aprendizagem na Educação Infantil”	15
Quadro 2 - Descritor “Planejamento didático na Educação Infantil”	16

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
USE	Universitário Sistema Educacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	13
3	OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DE DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
4	PLANEJAMENTO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
5	PLANEJAMENTO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?	30
5.1	CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO.....	30
5.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	30
6	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICE.....	40

1 INTRODUÇÃO

A temática deste estudo de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, tem como objetivo principal investigar de que modo os professores da educação infantil consideram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no planejamento de suas ações pedagógicas. O tema escolhido foi motivado no momento de uma reunião de professores, onde foi discutida a Base Nacional Comum Curricular¹ (BRASIL, 2017), com foco na educação infantil. Diante disso, começaram alguns questionamentos e inquietações sobre a importância dos direitos de aprendizagem, descritos na BNCC (BRASIL,2017), e o quanto são relevantes e precisam ser considerados ao realizar os planos de aula diários dos professores.

Considerando os escritos trazidos pela BNCC (BRASIL, 2017), os seis direitos de aprendizagem, são esses que garantem as condições necessárias para que as crianças tenham um bom desenvolvimento durante o período da Educação Infantil.

Avaliando ser uma temática em pauta, devido a BNCC (BRASIL, 2017) estar sendo implementada somente neste ano de 2020, ainda é um assunto que precisa de muitas discussões, principalmente por envolver todas as instituições de ensino.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho de conclusão de curso é investigar de que modo os professores da Educação Infantil consideram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e como percebem estes no planejamento de suas ações pedagógicas. Para realizar tal análise foi necessário a revisão bibliográfica e pesquisa de campo com professores atuantes na Educação Infantil. A monografia será dividida em cinco capítulos, os quais serão delineados abaixo.

O segundo capítulo, denominado Educação Infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: aproximações teóricas, traz um breve histórico sobre a trajetória da educação infantil e sua contextualização. Para isso, apresenta-se dados realizados através de uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD)².

¹ A BNCC é um documento do Ministério da Educação, que determina as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos/crianças devem desenvolver durante cada etapa da educação básica.

² Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 14 abr.2020

Já no terceiro capítulo, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, que é o foco principal desse trabalho de conclusão de curso, trata sobre os direitos de aprendizagem, sua importância e como esses direitos estão presentes no planejamento diário do professor da educação infantil.

O quarto capítulo, fala sobre a importância do planejamento docente na educação infantil, trazendo teóricos que explicam o que é o planejamento e a importância do mesmo no contexto escolar, com o foco na educação infantil.

O capítulo cinco é denominado, Planejamento: o que pensam os professores? Busca relatar o que os professores entendem e conhecem sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no planejamento da educação infantil. Para esta construção foi utilizado questionário destinado especificamente a professores atuantes na educação infantil.

E por fim, nas considerações finais, reforça-se a importância dos direitos de aprendizagens no planejamento da Educação Infantil, para que todas as crianças tenham a oportunidade de um desenvolvimento integral, e que seus direitos sejam garantidos desde pequenos. Nesse sentido busca-se mostrar o quanto é importante os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estarem contemplados no planejamento diário do professor.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A Educação Infantil, nem sempre teve a ênfase no desenvolvimento integral da criança. Surgiu como um local de assistência, onde o principal e único objetivo era de suprir as necessidades da criança e ter um local para os pais deixarem seus filhos e irem trabalhar sem preocupações.

Teve seu início no período da Revolução Industrial. No Brasil, surge em função do crescimento da urbanização e da formação do capitalismo, acontecendo então a necessidade da mulher em ocupar também o mercado de trabalho, desencadeando uma movimentação entre a classe operária feminina para ter um local onde deixar seus filhos. Sendo assim, as creches surgiram com o dever de auxiliar a classe trabalhadora. O cuidado as crianças era o principal papel das instituições.

Em meados da década de 80, a Educação Infantil teve um grande avanço, sendo oferecido vagas nestas instituições a todas as crianças, independente de classe social. Em 1988, o Estado começou a oferecer estes serviços. Posteriormente, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente³ (ECA), validou esses direitos relacionados a Educação Infantil. Após em 1994, o Ministério da Educação, publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil, que permitiu a ampliação de vagas e a melhoria no atendimento as crianças, junto com a necessidade da qualificação dos profissionais.

Em 1996, com a divulgação da Ementa Constitucional, que criou a Lei de Diretrizes e Bases de Educação⁴ (BRASIL,1996), à qual estabeleceu a necessidade de formação para os profissionais da Educação Infantil, que segundo a lei do artigo 62, a formação deve ser de nível superior, e formação mínima em nível médio, na modalidade normal.

A partir de 1966 a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica, e envolve o atendimento das crianças com idade entre 0 e 5 anos e 11 meses. Neste período, a Educação Infantil passou a ter visibilidade no sistema

³ Disponível em: https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

⁴ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

educacional, enfatizando que a criança seja vista como um ser capaz, que convive e que não precisa apenas de cuidado. Passou a ser entendida, inicialmente na literatura, considerando a relação entre cuidar e educar. Cuidar no sentido de atender as necessidades básicas de cada criança, e educar, pois, a instituição deve proporcionar oportunidades de descobertas e aprendizados.

Os primeiros anos de vida da criança contribuem para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação caminham juntos, a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista, na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade, afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece. (VIGOTSKY, 1989, p.128).

É nos primeiros anos de vida que a criança começa a desenvolver sua criatividade, imaginação, habilidades motoras, entre outras, por isso é tão importante um olhar especial neste período. Nesse sentido, é muito importante os professores prezarem pelos direitos de aprendizagens no planejamento diário da Educação Infantil.

A partir das inquietações envolvendo o tema de pesquisa deste trabalho, tornou-se importante conhecer os estudos já realizados sobre as temáticas que envolvem os Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento e o Planejamento Docente na Educação Infantil. A busca aconteceu na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), utilizando inicialmente os descritores “Educação Infantil e os direitos de aprendizagem”, totalizando cento e vinte oito resultados, sendo nenhum correspondente ao objetivo desta pesquisa. Boa parte dos resultados estava ligado a assuntos de inclusão da criança e avaliações na Educação Infantil, o que inviabilizou a exploração destes estudos.

Após foi utilizado o descritor “direitos de aprendizagem na Educação Infantil”, totalizando também cento e vinte oito resultados. Para que esse número fosse menor, restringi a pesquisa pelos anos de 2018 até 2020, considerando aproximação com a data da BNCC de 2017, o que resultou cinquenta e seis, desses, somente um se trata especificamente dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil.

Quadro 1 - Descritor “Direitos de aprendizagem na Educação Infantil”

Título	Ano	Autor	Instituição	Nível
Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: contextos educativos para as infâncias no século XXI	2018	Patrícia Giuriatti	Universidade de Caxias do Sul	Dissertação

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Giuriatti (2018), em sua dissertação, teve como foco a intenção de analisar um estudo de investigação sobre as políticas educativas para a Educação Infantil, pesquisando as concepções de direitos de aprendizagem e desenvolvimento e como isso influencia (ou não) no cotidiano das crianças.

Ao concluir sua dissertação, Giuriatti (2018) cita que também se trata sobre o respeito às crianças pequenas, reconhecendo que são sujeitos com direitos. Os resultados da pesquisa podem ser divididos em três partes:

- a. A criança atendida por esta política de educação tem ênfase na escolarização;
- b. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena como possibilidade de aprender pela experiência;
- c. A produção de cultura infantil no espaço de educação formal torna-se evidência da afirmação das experiências de infância, perpassadas pelos contextos sociopolíticos e pelas cem linguagens.

Seguindo o mesmo processo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), citado acima, a pesquisa com o descritor “planejamento didático na Educação Infantil”, obteve cinquenta e um resultados, então foi pesquisado apenas estudos entre os anos de 2016 até 2020, contabilizando vinte resultados. Dos trabalhos apresentados, foram selecionadas três dissertações, que tratavam especificamente do professor e do planejamento. Destaca-se no quadro abaixo três dissertações que fazem parte da temática escolhida.

Quadro 2 - Descritor “Planejamento didático na Educação Infantil”.

Título	Ano	Autor	Instituição	Nível
Planejamento, registro e avaliação: instrumentos que ressignificam a prática docente na Educação Infantil	2016	Rafaela de Moraes Ramos	Universidade Federal de Goiás	Dissertação
O olhar docente sobre o material pedagógico e o curso de formação continuada do Universitário Sistema Educacional	2018	Ronaldo Gonçalves Balsalobre	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Dissertação
Planejamento didático: ações e interações na Educação Infantil	2016	Hellen Costa David	Universidade do Oeste Paulista	Dissertação

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Foi realizada a leitura dos resumos que ocupam o quadro acima, destacando seus objetivos.

A dissertação de Ramos (2016), teve como objeto de estudo a inter-relação entre o planejamento, registro e avaliação. Para realização deste estudo, foi escolhido o Departamento de Educação Infantil- CEPAE/UFG. A pesquisa teve como objetivo geral averiguar se o professor planeja, executa e faz registros de forma articulada, crítica e se utiliza esses instrumentos pedagógicos com o objetivo de avaliar, analisar e redimensionar o seu papel em sala de aula.

Ramos (2016), ao final de sua dissertação, afirma que identificou que a inter-relação entre o planejamento, registro e a avaliação exige que o professor tenha uma postura crítica e deve ser reflexivo, para assim ser capaz de ressignificar sua prática promovendo a práxis pedagógica e se apropriando cada vez mais de saberes.

Balsalobre (2018), em seus estudos, teve como objetivo, investigar o olhar docente sobre o material pedagógico e o curso de formação continuada do Universitário sistema Educacional⁵ (USE). Utilizou como metodologia a aplicação de questionários em três escolas no estado de São Paulo, junto aos professores que fazem parte das escolas parceiras do USE, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

⁵ Sistema de melhoria do processo educativo das escolas brasileiras, desenvolvendo materiais didáticos para todos os níveis da educação básica.

Concluindo seus estudos, Balsalobre (2018), cita que após os questionários com os professores que participaram da formação continuada USE, tiveram mudança significativa em suas práticas docentes, também auxiliou no processo de aprendizagem da criança em sala de aula.

Por fim, David (2016), realizou uma pesquisa qualitativa, cujo principal objetivo foi verificar a importância atribuída ao planejamento didático, anual e semanal, pelos docentes e analisar como realizam a prática do mesmo, em turmas de Educação Infantil de crianças de quatro a cinco anos. O campo de pesquisa compreendeu quatro Escolas Municipais de Educação Infantil da cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Participaram da pesquisa quatro professoras da Educação Infantil que lecionam para crianças na faixa etária de quatro e cinco anos. David (2016), conclui em sua dissertação que o objetivo de identificar o perfil dos profissionais da Educação Infantil da cidade de Presidente Prudente estudados, foi atingido. As profissionais estudadas gostam do que fazem, mas notam que precisam de estudo e determinação para conquistar o saber docente específico e a autonomia.

Tendo em vista os estudos brevemente apresentados, pode-se dizer que os direitos de aprendizagem, são importantes no planejamento diário do professor, e, cada vez mais, tem sido temática de estudos por ser algo fundamental no que se refere a Educação Infantil.

Esta busca possibilitou compreender várias nuances de pesquisas envolvendo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil e como estes influenciam no planejamento do professor. Permitiu, conhecer novas estratégias, das quais os pedagogos podem fazer uso para melhor compreender as particularidades de cada criança. Pensando nisso, é importante agora, distinguirmos quais são esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento que circulam pelo universo da Educação Infantil, e qual a importância de cada um

3 OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DE DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola é o local onde passamos um bom tempo de nossas vidas, sendo considerada fundamental para nosso crescimento intelectual, para a socialização e para criar laços de amizades. A criança quando nasce, está vivenciando um mundo totalmente novo e necessita se sentir pertencente a este espaço. Inicialmente ela tem a família como referência, sendo o principal contato com o mundo. A primeira proximidade com a escola é na Educação Infantil, onde ocorre a separação inicial das crianças com seus vínculos afetivos familiares.

De acordo com a Lei nº 9.394/96, art. 29 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do ponto de vista legal:

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físicos, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As escolas de Educação Infantil possuem uma função educativa na construção da identidade das crianças e auxiliam para que exerçam sua cidadania, como também auxiliam na socialização de novas vivências, além de contribuir para desenvolver aspectos, físicos, morais, afetivos, emocionais e cognitivos, de forma que ampliem seus conhecimentos sobre a realidade que os cercam.

Nesta etapa, as crianças começam a ter contato com outras crianças, com os professores, e diante desse novo universo passam a interagir socialmente, além do meio familiar, dando início a novas experiências e descobertas. Para que isso aconteça, os docentes devem ter em mente o que é ser criança, e quais são os direitos que devem ser respeitados neste momento da infância. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais⁶ (2010, p.10), criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

⁶ São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Pensando na criança como um sujeito histórico e de direitos, que fantasia, tem curiosidades, questiona e gosta de investigar, devemos sempre garantir que estes direitos sejam considerados pelos educadores, porque, são indivíduos que estão em constante desenvolvimento, e precisam de atenção e cuidados.

A BNCC (BRASIL,2017) é um documento que determina quais são os objetivos e aprendizagens essenciais para todos as crianças da educação básica, nas escolas públicas e particulares. É importante para toda a comunidade escolar, pois tal documento apresenta ações norteadoras da Educação Infantil e das demais etapas da educação básica, ou seja, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A BNCC começou a ser elaborada em 2015, discutida por 116 profissionais da educação, das universidades e secretarias de educação. Ainda em 2015, foi realizada uma consulta pública, online, para que outros educadores pudessem contribuir, foram 12 milhões de respostas. Em 2017, finalmente foi concluída e comunicado as escolas, as quais teriam um prazo para se adequarem. O ano estipulado foi 2020, onde todas as instituições deveriam realizar as devidas adequações conforme o documento orientador da BNCC.

Encontra-se na BNCC (BRASIL, 2017), os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados para as crianças matriculadas em escolas de Educação Infantil. Segundo a BNCC (BRASIL,2017, p.33):

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Entre esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento temos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O primeiro direito, segundo a BNCC (BRASIL,2017, p. 34), explicita que “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas”.

É importante que desde os primeiros meses de vida, as crianças possam conviver com outros indivíduos, já que, é por meio da convivência, que aprendem a

viver em sociedade, e desenvolver habilidades importantes, desde a fala até compartilhar seus brinquedos ou pertences, exibir e expressar alguns sentimentos como felicidade e empatia, entre outros. De acordo com Fierro e Tapia (2013, p. 106):

Convivência se entende como um processo construtivo e contínuo à base de transações, negociação de significados, elaborações de soluções, criando uma referência comum que gera uma sensação de familiaridade que atinge parte da identidade de um grupo e das pessoas que participam nele.

A convivência é muito mais do que apenas estar juntos no ambiente escolar. Necessita da capacidade, desenvolvimento do diálogo e da escuta, da empatia e de se colocar no lugar do outro dentro e fora do ambiente escolar, conseguir interagir e brincar com todos, sem distinção.

No cotidiano escolar, isso pode ser estimulado de diversas formas como por exemplo: conviver em grupos, sejam da mesma faixa etária ou idades diversas, uso da linguagem nas diversas manifestação, ampliando o conhecimento e o reconhecimento de si e do outro, conviver com diferentes pessoas e culturas, aprendendo a respeitar a si e aos outros.

O segundo direito é o brincar. Conforme apresentado na BNCC (BRASIL,2017, p. 34):

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

É com a brincadeira que a criança melhora suas habilidades de memória, concentração, imaginação, atenção, coordenação motora ampla e fina, entre outras. O brincar auxilia também no desenvolvimento integral da criança, na aprendizagem e na convivência. É fundamental pois estimula a autonomia, a linguagem e o pensamento. Um dos principais objetivos da brincadeira é a exploração, para a criança tudo é experimento e tudo é novidade, então a brincadeira é um momento de muita seriedade e aprendizagem.

O brincar faz parte da vida da criança. É brincando que ela inicia, desde a mais tenra idade, sua interação com o mundo, estabelecendo formas de comunicação, relacionamento e experimentação. O brincar é atividade constante e natural, que estimula o aprendizado e a apreensão de valores culturais e sociais. O adulto de maneira geral vê as atividades lúdicas quando praticadas por ele como atividades de lazer e ócio e quando se trata da

criança, acredita que a brincadeira tem sempre valor educativo. Nem sempre é assim. O brincar é livre. Tem valor essencial no desenvolvimento dos seres, mas é também atividade criativa, de diversão e descontração. E, ainda assim, é no brincar que a criança tem a possibilidade de desenvolver habilidades motoras, perceptivas e cognitivas. Muitos estudos com crianças sugerem que o brincar da criança requer estratégias sociais de grande complexidade. A criança não se limita a imitação do mundo adulto, elas reinventam a todo tempo, um novo mundo. Esse mundo tem um pouco do que recebe de informação e um pouco dela mesma e de seus gostos e paixões próprias (MORAIS E PÚBLIO, 2015, p.13).

Na escola, o brincar pode ser explorado de diversas maneiras, brincar é aprender. O lúdico está inserido em todo o contexto onde a criança está, por isso, basta ao professor mediar esses momentos com questionamentos, propondo brincadeiras com fantasias, brinquedos diversos, possibilitando espaço para esta ação. Não basta apenas ter horário para brincar, é preciso engajar isso ao planejamento e cotidiano, propondo brincadeiras de outros momentos históricos, as brincadeiras antigas, e também utilizar as do contexto em que a criança está inserida, criando um espaço educativo, mas também divertido.

É relevante permitir que o brincar aconteça em vários momentos do dia da criança e que ela seja a protagonista da brincadeira. Também é importante deixar as crianças criarem suas brincadeiras, estipulando regras, desempenhando papéis, onde o brincar estará ajudando na autonomia e na convivência de cada um e do grupo.

Participar é o terceiro direito de aprendizagem. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 34):

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Quando a criança participa ativamente do espaço em que está inserida, se sentindo pertencente a este local, suas vivências têm mais sentido ampliando as possibilidades de aprendizado e trocas de experiências. Oportuniza situações de autonomia, diminuição da timidez, e aumento da autoestima.

No contexto escolar da Educação Infantil, a participação pode ser realizada de diversas maneiras, como por exemplo: em rodas de conversas, onde o professor questiona as crianças, ajudando a decidir quais materiais serão necessários para

realizar as atividades, em brincadeiras de faz de conta, entre outras muitas possibilidades.

O quarto direito se refere a explorar, o qual é apresentado pela BNCC (BRASIL,2017, p. 34), no sentido de:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Explorar vai muito além de descobrir um objeto, é explorar diferentes formas de interação com outras crianças e adultos, seja na brincadeira, conversa, tarefas. É a possibilidade do seu corpo pular, saltar e correr, desafiando-se pelos espaços disponibilizados na escola. Assim, a criança estará se apropriando da cultura existente neste local, podendo utilizar isso nos seus momentos de exploração e imaginário.

No planejamento diário, o professor deve considerar que a criança está em desenvolvimento constante e que esse direito de aprendizagem é muito importante para se descobrir, seja seu corpo ou alguma de suas habilidades, ajudando assim no seu desenvolvimento integral, nas suas potencialidades e auxiliando no descobrimento de novas habilidades, tais como: motoras, cognitivas ou afetivas. A criança que explora novos ambientes e também ajuda a construir os mesmos, faz com que consiga viver melhor suas emoções e a expressar as mesmas. Para que isso aconteça, a escola deve ter um ótimo espaço para a locomoção, realização de atividades, enfim, um espaço com muitas possibilidades de exploração.

O espaço tem que possibilitar emergir todas as dimensões humanas (a lúdica, a fantasia, a artística, a imaginação, etc.), ou seja, propiciar à criança ampliar suas experiências e o mundo de referências afetivas, contribuir para a construção de sua identidade e compreensão do mundo, além de reforçar as habilidades de aprendizagem e comunicação e seu envolvimento em atividades e relações significativas (VIEIRA, 2009, p. 27).

Assim, o espaço ganha uma reflexão e um motivo pelo qual deve ser lúdico, que faça a criança imaginar, criar e fantasiar, é por meio dele que começa o conhecimento de mundo ao qual as crianças estão inseridas, ocorrendo isso através das atividades realizadas, convivendo em grupos ou individualmente e compartilhando os momentos com os outros, fazendo relações significativas.

Expressar é o quinto direito de aprendizagem. A BNCC (BRASIL, 2017, p. 34) aponta que, “expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens”.

As crianças, desde pequenas, devem ser estimuladas a expressar-se, essa ação é fundamental na Educação Infantil, os indivíduos capazes de expressar sejam suas emoções, desejos, frustrações, sentimentos, se tornarão, adultos mais saudáveis emocionalmente, contribuindo para a diminuição da timidez e no despertar artístico das crianças. No dia a dia, dentro de sala de aula na Educação Infantil, esse direito pode ser estimulado com cartazes para as crianças demonstrarem como está se sentindo emocionalmente, conversas, demonstrações de opiniões, teatros e manifestações artísticas, etc.

A BNCC (BRASIL, 2017, p. 34) apresenta como sexto e último direito de aprendizagem, que:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

A construção da identidade das crianças, se dá a partir dos primeiros anos de vida, por isso esse direito ser assegurado na Educação Infantil é importantíssimo. O papel do professor na constituição da identidade de cada criança é fundamental, conseguindo trazer ao dia a dia vivências que contribuam para a construção e formação integral dos sujeitos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil⁷ (BRASIL, 2001, p.13), traz uma grande contribuição para tal fato, citado a seguir.

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição.

⁷ Documento educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos no Brasil.

A maneira como a criança é tratada nos seus primeiros anos de vida, reflete em toda sua trajetória, desde a infância até a velhice, por isso é tão importante esse primeiro contato com a escola e com toda essa bagagem que ela pode proporcionar.

No cotidiano da escola de Educação Infantil, os docentes podem assegurar esse direito através de atividades em frente ao espelho, a criança sentir o cuidado tanto do professor quanto dos pais, em brincadeiras corporais e de imaginação, leituras de histórias sobre temas relacionados ao corpo e questões sociais, entre tantas outras possibilidades.

Portanto, percebe-se a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças e o quanto a pré-escola/creche pode contribuir para isso. Cada direito de aprendizagem tem grande contribuição na formação da criança, desde o autoconhecimento até a construção do senso crítico e visão de mundo. Para isso, é necessário que no espaço escolar, esses seis direitos sejam garantidos, assim, a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, assume seu compromisso, assegurando que as crianças vivam sua infância e explorem o mundo em sua volta. Desse modo, o docente tem um compromisso fundamental, pois em seu planejamento diário, é fundamental que esses direitos estejam presentes e sejam assegurados.

4 PLANEJAMENTO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que os direitos de aprendizagens na Educação Infantil sejam garantidos e auxiliem no desenvolvimento integral das crianças, é fundamental que estejam incluídos nos planejamentos diários dos professores. As crianças são ativas e participativas em suas aprendizagens nas creches, pré-escola e escolas. É importante que a proposta pedagógica nas instituições de Educação Infantil considerem a criança, como o centro do planejamento diário, respeitando suas interações e permitindo experiências diversas.

Neste primeiro contato das crianças com a escola, a educação não está focada ao conhecimento formal, considera as interações, conhecimento de mundo, brincadeiras, proporcionando a busca das experiências e de relações para além do âmbito familiar. Por isso, é importante que as instituições tenham profissionais capacitados para a atuação na Educação Infantil, os licenciados em pedagogia. Esses, por sua vez, conhecendo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças irão conciliá-los, com os cuidados das crianças, a exploração dos campos de experiência, considerando as habilidades e competências.

Os campos de experiência, descritos na BNCC (BRASIL, 2017), tem como objetivo guiar e apoiar o planejamento pedagógicos dos educadores, para que as crianças tenham espaço, tempo e liberdade de expressão, e que o professor possa acompanhar e mediar esses momentos. Sendo assim, para que isso aconteça, o planejamento diário dos docentes precisa estar alinhado com os interesses, cultura e necessidades das crianças, para que elas vivam o momento na escola com intensidade, experienciando aprendizagens.

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996) n° 9.394/96 no artigo 62 (2010, p. 46), no que se refere a formação docente, afirma que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil [...].

Diante disso, percebe-se que houve um avanço na necessidade de formação inicial dos profissionais que atuam com crianças, estes poderiam atuar apenas tendo o magistério, que não é curso superior, mas de nível médio, ou seja, os mesmos

tinham uma preparação, a qual, a partir da referida ementa não é mais suficiente para o exercício da profissão docente.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), documento organizado nos anos 90, com o propósito de orientar uma estruturação curricular, de caráter nacional para toda a Educação Infantil, evidência a questão do respeito da função do professor junto as crianças.

A ação do professor de Educação Infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p. 43).

Pensando assim, as escolas na atualidade, não são apenas para sanar as necessidades dos pais que vão para o mercado de trabalho e não tem com quem contar para cuidar dos seus filhos, mas de um espaço privilegiado que contribui com experiências e vivências infantis, tendo contato com possibilidades ricas e diversificadas de construção do conhecimento. Assim, Oliveira (2002, p. 115):

Retomaram-se as discussões das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscavam romper com concepções meramente assistencialistas e/ou compensatórias acerca dessas instituições, propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Desse modo, os educadores passam a agir como mediadores no contexto escolar, auxiliando e dando voz as crianças, o que é fundamental. Também rompe com o paradigma de que a Educação Infantil é preparatória para o ensino fundamental, pois ambas as etapas são igualmente importantes. Precisa ter uma visão integral, clareza e compreensão do desenvolvimento das crianças, e organizar o planejamento de acordo com cada faixa etária com ações que façam sentido para as mesmas.

Mas afinal, o que é planejamento? Segundo o dicionário online de português – Dicio⁸, planejamento significa: “Ação de preparar um trabalho, ou um objetivo, de forma sistemática; planificação”, “ação ou efeito de planejar, de elaborar um plano”.

⁸ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/planejamento/> . Acesso: 25 abr. 2020

Pensando nisso, pode-se afirmar que o planejamento está extremamente presente no dia a dia escolar. Na concepção de Libâneo (2001, p. 123):

O planejamento consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definições de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões [...] sem planejamento, a gestão corre ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados.

Para Vasconcellos (1999, p. 35):

Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal. De que pressuposto – normalmente implícito – parte-se quando se planeja?

- Planejar ajuda a concretizar aquilo que se almeja (relação Teoria-Prática);
- Aquele algo que planejamos é possível acontecer; podemos, em certa medida, interferir na realidade.

Ressignificar o planejamento para o sujeito implica resgatar sua necessidade e possibilidade, em dois níveis: um mais geral e outro específico da atividade de planejar.

Na escola, podemos perceber o planejamento em pelo menos três dimensões do contexto escolar, a saber, o projeto educacional, o projeto político pedagógico e os planos de aula dos docentes. Estes últimos, de acordo com Vasconcellos, são os planos nos quais os profissionais da educação relevam a realidade das crianças, para assim planejar no sentido de contemplar as necessidades e potencialidades de cada criança.

Deve-se ter sempre em vista pelo professor, que o planejamento não pode ser fixo, mas sim, um livro aberto e com intenções pedagógicas claras, principalmente na Educação Infantil, a criança deve ser o foco, o centro principal do planejamento.

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso, não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador pensar, revisando, buscando novos significados para a sua prática docente (OSTETTO, 2000, p. 177).

O planejamento na Educação Infantil, é momento de busca e exploração de métodos e estratégias para obter avanços no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social das crianças. Desse modo precisa ser pensado continuamente. Cabe ao

educador não escolher atividades soltas, mas estar atendo a todo o processo de acompanhamento, perceber os avanços e dificuldades de cada um, já que cada criança tem seu modo de agir, pensar e participar das tarefas propostas. Por isso, atualmente temos a BNCC (BRASIL, 2017), como uma aliada ao professor, com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência, o professor tem a base necessária para os seus planos de aula.

Assim, o docente após suas aulas deve fazer uma autoavaliação, refletindo sobre sua prática e como está sendo para as crianças, se estão conseguindo ampliar seu desenvolvimento, analisar e ajustar o que foi feito e o que será feito. Com essa análise crítica, o professor amplia as possibilidades para desenvolver aulas mais dinâmicas e se tornar um docente crítico e que preza pelos direitos de aprendizagens e das crianças.

Um profissional reflexivo nunca deixa de se surpreender, de tecer vínculos, porque o que ele observa alude aos seus marcos conceituais, que podem provir de uma longa prática reflexiva pessoal e de saberes privados, que ela permitiu ser construída ao longo dos anos. Em geral a reflexão é mais fecunda se também for cultivada com leituras, formações e saberes acadêmicos ou profissionais construídos por outros, seja pesquisadores seja profissional (PERRENOUD, 2002, p. 52).

Por isso é tão importante a reflexão, antes, durante a após os planejamentos diários, desse modo o professor consegue cada dia melhorar o seu desempenho nos planejamentos, e promover aprendizado e desenvolvimento das crianças. Segundo Vasconcellos (1999, p. 14):

Nosso desejo é que a escola cumpra um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, ressignificá-la e buscar novas alternativas. Para isto entendemos que o planejamento é um excelente caminho.

Diante disso, aprofundar-se em estudos e teorias sobre as concepções do processo de ensino e aprendizagem na prática educativa é essencial. Dessa forma, o profissional da educação estará atuando com intencionalidade e compreensão sobre suas ações, planejando pensando na criança, considerando as necessidades das crianças, apoiando-se nos campos de experiências e nos direitos de aprendizagens e desenvolvimento, tendo o desafio de sempre promover e possibilitar ao máximo as habilidades das crianças.

Planejar é necessário, não conseguimos pensar em educação sem um plano, porém este deve abranger a escola como um todo, pois sem a participação dos professores, direção e das crianças ele acaba não tendo os resultados esperados, fica somente no papel, sem significado. O planejamento é a base de tudo, com ele conseguimos pensar em novas atitudes, e quando e como serão desenvolvidas e concretizadas. E no planejamento na Educação Infantil não poderia ser diferente, ele é importante sim.

5 PLANEJAMENTO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar os dados construídos na pesquisa de campo realizada com vinte e quatro professores da Educação Infantil, sendo todas do sexo feminino. O questionário, disponível no Apêndice 1 contou com sete questões respondidas pelos professores através do Google Form.

5.1 CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

Além da pesquisa bibliográfica, que foi apresentada no primeiro capítulo, utilizou-se a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, a qual foi realizada com professores da Educação Infantil. A pesquisa de campo contou com a elaboração de questionário, com a intenção de verificar o entendimento dos professores sobre os direitos de aprendizagens no cotidiano e no planejamento das instituições de Educação Infantil. Minayo (1995, p. 21-22) traz uma contribuição muito pertinente para tal fato:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Escolheu-se a opção de pesquisa de campo, a fim de explorar mais sobre o tema pesquisado. Buscando compreender como os professores asseguram em seu planejamento os direitos de aprendizagens no contexto escolar.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

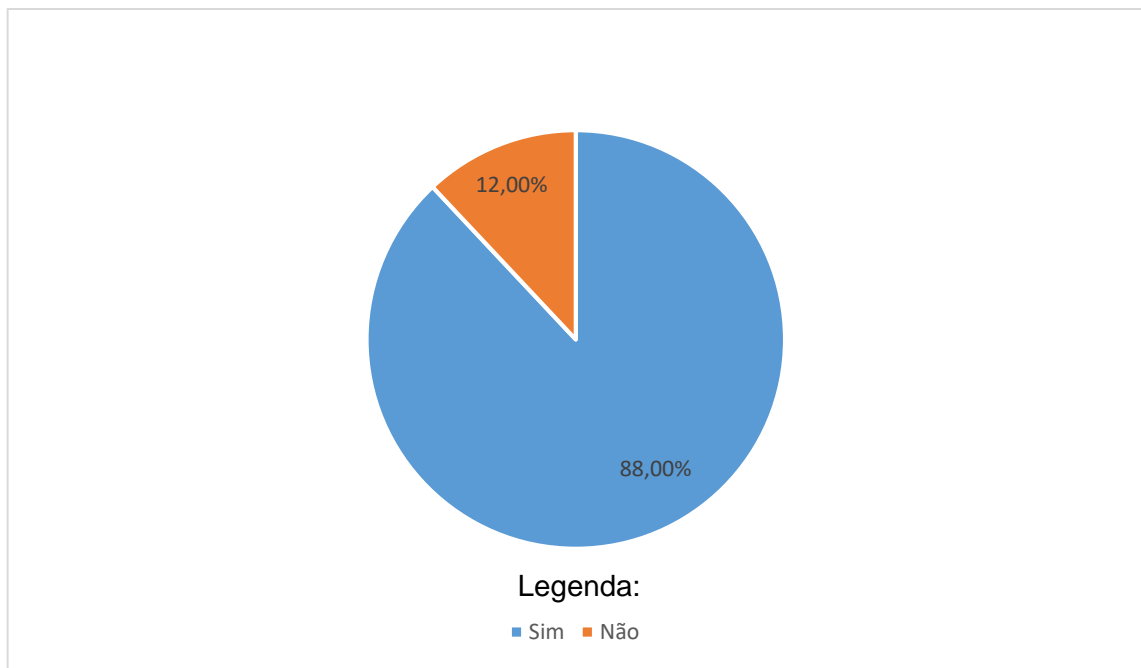
Os dados construídos foram analisados a partir do retorno dos questionários disponibilizados por 30 dias no Google Form. Vinte e quatro professoras atuantes em escolas de Educação Infantil responderam as questões. Contudo, a partir da questão dois, apenas vinte e uma docentes deram segmento as respostas do questionário.

A pergunta um, trazia a questão sobre o sexo das professoras, no sentido de perceber a porcentagem de homens e mulheres no meio da Educação Infantil. Como resultados obteve 100% dos docentes do sexo feminino.

A questão dois, considerava o conhecimento das professoras com relação aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o resultado encontrado mostrou que 87,5% dos entrevistados conheciam os direitos de aprendizagens.

Gráfico 1
Questão 2

Você conhece os direitos de aprendizagem da Educação Infantil?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

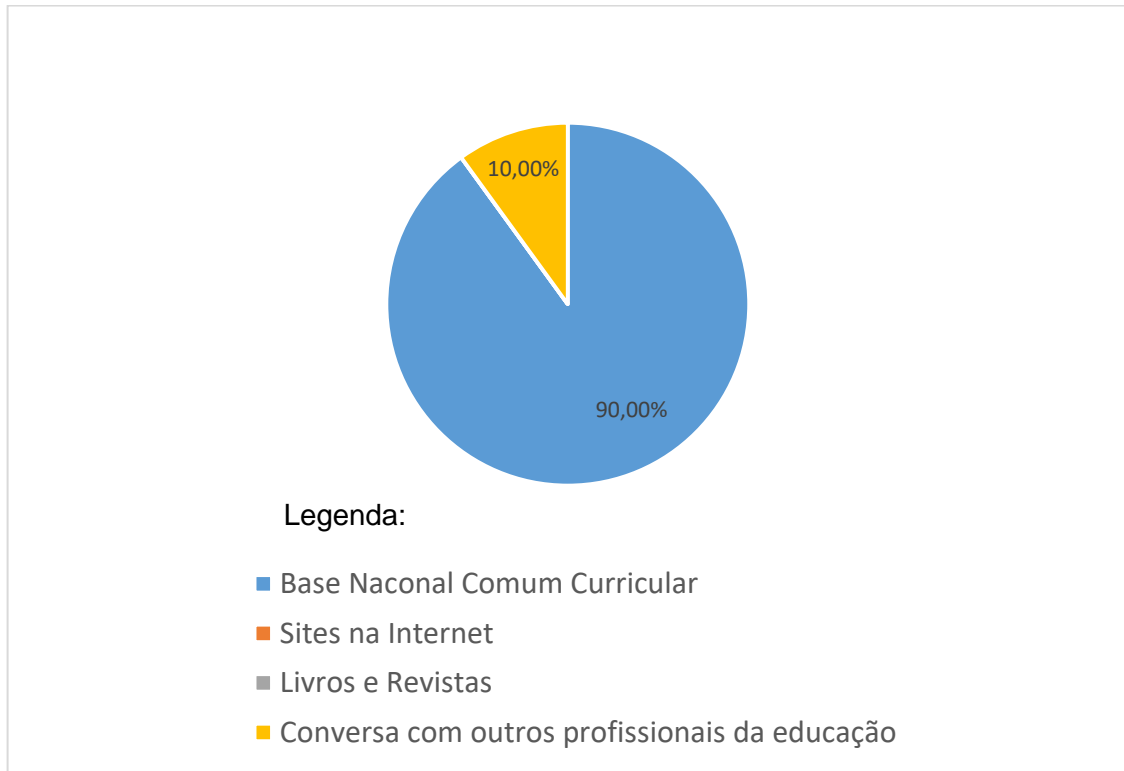
Como comentado anteriormente, foram vinte e quatro professoras entrevistadas, destas apenas três (12%) não conheciam os direitos de aprendizagem. As demais, vinte e uma, já conheciam ou já ouviram falar sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento mencionados na BNCC (BRASIL, 2017).

Por ser uma temática presente no documento que orienta as aprendizagens essenciais e as habilidades a serem estimuladas durante o ano letivo, as professoras estão se inteirando aos poucos nesse assunto, visto que é de grande importância para o planejamento diário na Educação Infantil.

A terceira pergunta, questionou sobre onde os docentes haviam conhecido os direitos de aprendizagem, dentre as opções estavam: BNCC (BRASIL, 2017), sites na internet, livros e revistas e conversas com outros profissionais da educação.

Gráfico 2
Questão 3

Onde você conheceu com os direitos de aprendizagem:



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dezenove professoras tiveram conhecimento dos direitos de aprendizagens diretamente na BNCC (BRASIL, 2017), e dois em conversa com outros profissionais da educação.

Possivelmente, estas professoras já possuíam conhecimento sobre os direitos de aprendizagens tenham participado de formações de professoras organizadas pelas escolas, que estas são muito importantes para que as instituições e os profissionais que nela trabalham faça um trabalho em equipe e em sintonia, para que a aprendizagem seja significativa e que os direitos de aprendizagens e desenvolvimento estejam presentes no planejamento diário do professor. Desta maneira Delors (2003, p. 160) coloca que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema

educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer.

Pensa-se que dessa forma, com a formação continuada dos docentes, é possível que os mesmos estejam mais preparados e capacitados para enfrentar as dificuldades encontradas no dia a dia da docência e também garantir uma educação de qualidade para as crianças.

A questão quatro discutiu sobre o momento de organizar o planejamento, se levam em consideração os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil. Vinte e uma professoras responderam sim e somente uma docente não considera os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no seu planejamento diário. Pressupõem-se que, pelo fato de ser um assunto novo no cotidiano escolar, ainda muitos professores não conhecem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e a sua real importância e suas implicações, ou até mesmo este profissional não quer considerar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em seus planejamentos, o que também pode ser considerado como uma hipótese.

A quinta pergunta questionou se as professoras acreditam ser importante ter os direitos de aprendizagem e desenvolvimento agregados ao seu planejamento diário. Nesta pergunta todas acreditam sim, que é importante para o desenvolvimento integral das crianças terem assegurado os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas instituições de Educação Infantil.

A pergunta de número seis era dissertativa. Está questionou as professoras sobre de que modo eles asseguram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no cotidiano da Educação Infantil. Foram obtidas quatorze respostas.

Apenas um entrevistado mencionou que não garante os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em seus planos de aula, os demais mencionam que os garantem diariamente no planejamento didático. Uma das entrevistadas narra:

Eu aplico os direitos de aprendizagem desde a hora do planejamento. Procuro analisar as singularidades das crianças, levar em conta suas dificuldades/facilidades, além de respeitar o tempo de cada um na hora da execução das tarefas. A Base, nos ajuda a compreender que a criança precisa de vivências, precisa explorar os espaços, realizar experiências e descobertas. Portanto é isso que possibilitou a elas, construímos projetos e depois pesquisamos juntos sobre esta temática. Buscando ter experiências com base em nossa realidade e aprender em conjunto.

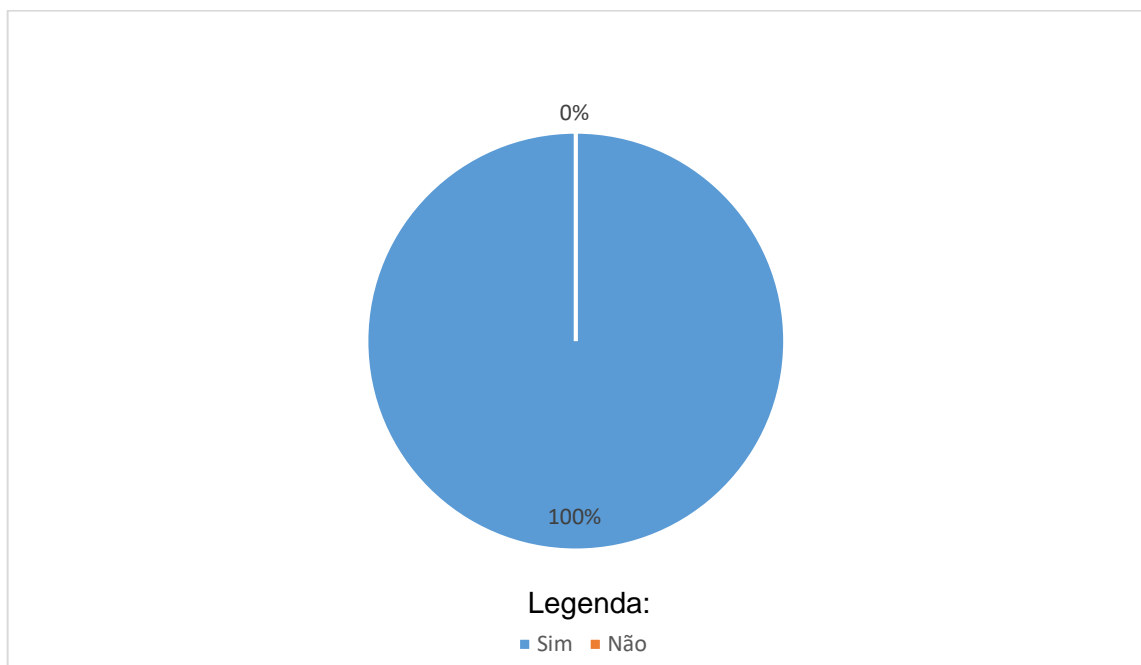
Mesmo a narrativa mostrando a palavra 'aplico', pode-se compreender que os direitos de aprendizagens e desenvolvimento ligados ao planejamento no cotidiano das instituições de educação infantil, possibilitam que as crianças tenham um aprendizado mais significativo, fazendo com que o professor tenha que sair da sua zona de conforto e busque alternativas significativas ao desenvolvimento das crianças. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p. 35):

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.

E por fim, a questão sete buscou compreender, se na opinião dos entrevistados, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil devem permear todo o trabalho pedagógico.

Gráfico 3 Questão 7

Na sua opinião, os direitos de aprendizagem da Educação Infantil, devem permear todo o trabalho pedagógico?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dentre as vinte respostas obtidas, todos os entrevistados pensam que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem permear o trabalho pedagógico do professor, a fim de tornar os planejamentos mais dinâmicos e contemplando que a criança tenha diversas experiências, como o brincar, explorar, conviver, participar, conhecer-se e expressar-se.

Com os resultados da pesquisa, pode-se observar que os direitos de aprendizagens e desenvolvimento já estão sendo inseridos no planejamento diário de grande parte das professoras que participaram deste estudo, e os mesmos entendem sua importância no desenvolvimento das crianças.

6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho, possibilitou uma análise sobre os direitos de aprendizagens e desenvolvimento articulados com o planejamento docente nas instituições de Educação Infantil. Os estudos realizados contribuíram para constatar que, de fato, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento contribuem de forma significativa e na formação integral das crianças, mas estes precisam estar presentes no planejamento dos professores de Educação Infantil, para que sejam vivenciados diariamente.

Convém, para este fechamento, voltar o olhar para o objetivo inicial que consistiu em investigar de que modo os professores da educação infantil consideram os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento no planejamento de suas ações pedagógicas. Através dos questionários com os professores, foi possível analisar que a grande maioria deles considera os direitos no momento de organizar seus planos de aula, garantindo assim, que ao final do dia a criança tenha vivenciado momentos distintos e experienciando seus direitos através das intervenções pedagógicas que contemplaram os mesmos. Desse modo, destaca-se a importância dos docentes da Educação infantil, nos momentos de construção de seus planejamentos considerarem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, o planejamento é um modo de assegurar que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam vivenciados, sendo necessário pensar e organizar atividades e intervenções que oportunizem às crianças pleno desenvolvimento de suas capacidades. Assim, o ambiente escolar se torna um local onde a criança possa conhecer suas limitações e habilidades, bem como viver sua infância sendo criança.

Este estudo é importante para a constituição docente pela sua grande abordagem na formação integral das crianças e suas particularidades, podendo assim ser um aliado ao planejamento do docente e, claro, fazer a diferença no desenvolvimento dos pequenos. É relevante mencionar que ainda há muito o que conquistar no que se refere aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, visto ser uma temática nova, que está crescendo aos poucos no contexto escolar. Pode-se citar que outros estudos também seriam importantes para a Educação Infantil, como a respeito dos campos de experiências, trazidos pela BNCC (BRASIL, 2017),

sobre o cotidiano na Educação Infantil e até mesmo uma continuidade da temática a partir deste trabalho de conclusão de curso. Esses temas de estudos complementariam o tema dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BALSALOBRE, Ronaldo Gonçalves. **O olhar docente sobre o material pedagógico e o curso de formação continuada do Universitário Sistema Educacional**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21619>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto Da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 1990.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 21 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (coord.). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 17 mar. 2020.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEB, 2010.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, Brasília: MEC/ SEF, 2001.

DAVID, Hellen Costa. **Planejamento didático**: ações e interações na Educação Infantil. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/gabi-/Downloads/Hellen%20Costa%20-%20UNOESTE%20-%20DISSERTACAO_03_02_2015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabi-/Downloads/Hellen%20Costa%20-%20UNOESTE%20-%20DISSERTACAO_03_02_2015%20(1).pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/ UNESCO, 2003.

PLANEJAMENTO. *In*: **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/planejamento/> . Acesso: 25 abr. 2020

FIERRO EVANS, Maria Cecilia; TAPIA, Guillermo. Convivência escolar: um tema emergente de investigação educativa no México. *In*: FÚRLAN, Alfredo; SCHWARTZ, Terry Carol Spitzer (Org.). **Convivencia, disciplina y violencia en las escuelas, 2002-2011**. Ciudad del México: ANUIES, 2013, p. 73-131.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GIURIATTI, Patrícia. **Direitos de aprendizagem e desenvolvimento**: contextos educativos para as infâncias no século XXI. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4589/Dissertacao%20Patricia%20Giuriatti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAIS, Aline; PÚBLIO, Rafael. Brincar é coisa séria! *In: Brinquedos e Brincadeiras Inclusivos*. 2015. 75 f. IMG (Instituto Mara Gabrielli). Disponível em: <http://img.org.br/images/stories/pdf/brinquedos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. *In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios*. Campinas: Papirus, 2000.

PERRENOUD, Philippe. Saber refletir sobre a própria prática: objetivo central da formação de professores? *In: PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002. (p. 47-70).

RAMOS, Rafaela de Moraes. **Planejamento, registro e avaliação: instrumentos que ressignificam a prática docente na educação infantil**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5913>. Acesso em: 14 abr. 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1999

VIEIRA, Eliza Reverso. **A reorganização do espaço da sala de educação infantil: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural**. 2009. 123 f. Tese (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. SP: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICE

Questionário enviado aos professores de Educação Infantil

Olá, me chamo Gabriela Dal Zotto e estou escrevendo meu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no planejamento da Educação Infantil. Conto com a orientação da professora Dra. Cineri Fachin Moraes. Se você é professor (a) da EDUCAÇÃO INFANTIL, peço tua ajuda respondendo as questões que seguem.

1. Sexo:
 Masculino Feminino

2. Você conhece os direitos de aprendizagem da Educação Infantil?
 SIM NÃO

- Caso a sua resposta seja sim na questão anterior, continue respondendo.
3. Onde você conheceu com os direitos de aprendizagem:
 Base Nacional Comum Curricular
 Sites na internet
 Livros e revistas
 Conversa com outros profissionais da educação
 Outros: _____

4. No momento de organizar seu planejamento você leva em consideração os direitos de aprendizagem da Educação Infantil?
 SIM NÃO

5. Você acredita ser importante ter os direitos de aprendizagem agregados ao seu planejamento diário?
 SIM NÃO

6. De que modo você dispõe dos direitos de aprendizagem no cotidiano da educação infantil?

7. Na sua opinião, os direitos de aprendizagem da Educação Infantil, devem permear todo o trabalho pedagógico?
 SIM NÃO